

**35º Encontro Anual da Anpocs**

**GT 18 Marxismo e Ciências Sociais**

**Como identificar a teoria política marxista:  
balizas para a demarcação de um terreno**

**Armando Boito Jr.**

**2011**

## **Como identificar a teoria política marxista: balizas para demarcação de um terreno**

**Armando Boito Jr.**

Tenho dois objetivos com este texto. O primeiro é apresentar, de modo sintético e indicativo, um conjunto de conceitos e teses muito gerais, e em boa parte já conhecidos, que permitam demarcar o terreno da teoria política marxista. Essa demarcação de terreno é a contribuição que imagino que possa resultar deste texto; avalio que tal demarcação é importante para distinguir a teoria política marxista das teorias políticas concorrentes. O meu segundo objetivo é fornecer, com essa mesma demarcação, um quadro de referências teóricas que estimule a crítica às teorias políticas concorrentes e que estimule, também, a realização de pesquisas visando ao desenvolvimento da própria teoria política marxista.

Como considerar, num texto como este, o fato de existirem diferentes tradições marxistas e de essas diferenças repercutirem na forma como se pode, do interior do marxismo, pensar a política? Toda teoria apresenta diferentes níveis ou patamares de abstração. No seu nível mais abstrato, o marxismo é um corpo teórico unificado. Talvez a tese mais geral e unificadora o campo marxista seja a tese – ao mesmo tempo teórica e política – segundo a qual o capitalismo torna possível a transição para uma sociedade sem classes. Contudo, num nível menos elevado de abstração, se nos pusermos a especificar essa tese, iremos nos deparar com diferenças de uma tradição marxista para outra. O capitalismo torna possível ou impõe a transição para uma sociedade sem classes? Porque? Como caracterizar essa transição? Qual força social poderá dirigi-la? Qual seria o papel do Estado num processo de transição socialista? Essas e tantas outras perguntas podem ensejar respostas divergentes entre os marxistas. Tendo em conta essa diversidade, na exposição de algumas teses e conceitos, indicarei, ainda que somente de passagem, as divergências existentes entre diferentes tradições marxistas naquilo que disser respeito ao ponto que eu estiver tratando.

Façamos, de saída, uma observação geral a respeito da questão das diferentes tradições do marxismo e de sua incidência sobre nossa discussão.

Alguns autores liberais, como Norberto Bobbio, argumentam que o marxismo estaria focado na economia, o que o impediria de entabular uma reflexão teórica sobre as instituições e as relações políticas; algumas tradições do próprio campo marxista aceitam, na prática, essa tese, ao apresentarem a análise unilateral da dimensão econômica da vida social como uma característica do pensamento de Marx. Essa é a postura teórica que se convencionou denominar economicismo e que foi um limite marcante do marxismo do século XX. Ele está presente, para

tomarmos um exemplo importante na obra de Georg Lukács. É sabido que a obra de maturidade desse marxista, na qual o autor pretendia estabelecer uma espécie de teoria geral da vida em sociedade, a *Ontologia do ser social* (Lukács, 1979: 173-174), tal obra não contém um capítulo sequer sobre a política (Lessa, 2002). Em consonância com essa tradição, grande parte dos lukacsianos brasileiros descarta a importância da política e nega qualquer especificidade à teorização em torno de tal objeto. As reflexões e conceitos que pensam a especificidade e importância da política são muitas vezes estigmatizados por esses intelectuais com o epíteto de “politicismo”.

Diferentemente dessa tradição, Lenin, Antonio Gramsci, Louis Althusser, além dos próprios Marx e Engels, foram, cada um ao seu modo, críticos do economicismo e criaram conceitos ou estimularam reflexões que permitem pensar a especificidade e a importância da política dentro da teoria marxista e permitiram ampliar, com isso, o terreno da análise marxista da política. Engels, em suas cartas da década de 1890, foi um crítico persistente do economicismo. Lenin foi um teórico das conjunturas (o conceito de crise revolucionária), das instituições políticas (aparelho de Estado, partido político, democracia parlamentar) e da temporalidade própria do processo político revolucionário (a tese de que a revolução iria eclodir no elo mais fraco da cadeia imperialista e não no elo mais avançado economicamente). No caso de Althusser, foram os conceitos complementares de “determinação em última instância pelo econômico” e de “sobredeterminação” do político que desempenharam essa função, desobstruindo o terreno para a reflexão sobre a política no marxismo (Althusser, 1965). Um livro como o de Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales* (Poulantzas, 1968), que é um verdadeiro tratado de teoria política marxista, não poderia ter sido concebido sem a desobstrução propiciada pela reflexão da escola althusseriana. No caso de Gramsci, seus conceitos, também complementares, de bloco histórico, de Estado ampliado e de “hegemonia” desempenharam uma função similar (Gramsci, 2001). São essas tradições que informarão, prioritariamente, o nosso texto.

### **1. A política é uma dimensão ineludível da vida social**

A política é, na sua forma mais geral, a atividade de direção da sociedade e, como tal, sempre esteve e sempre estará presente na vida social. Esse entendimento está longe de ser consensual no campo do marxismo.

José Chasin, discípulo de Georg Lukács e de Istvan Mészáros, que formou muitos intelectuais marxistas brasileiros, cunhou a noção de “ontonegatividade da política” – querendo indicar com essa expressão um tanto extravagante que a política não seria um atributo ontológico do ser social. A política seria uma atividade de menor importância e destinada a desaparecer na

sociedade comunista (Chasin, 1995). Para fins de polêmica, se tomássemos o problema nos termos da problemática lukacsiana, diríamos que a política é sim um “atributo ontológico do ser social”.

Ao definir a política como a atividade de direção da sociedade e ao afirmar a universalidade dessa atividade, partimos de três pressupostos:

a) existe uma necessidade supra-histórica, isto é, uma necessidade que se impõe nas mais diferentes e distantes formas de organização da vida social, que obriga os indivíduos da espécie humana a viverem em sociedade;

b) os indivíduos em sociedade nunca esposam interesses, valores, objetivos e opiniões integralmente coincidentes, seja qual for a forma de sociedade ou o período histórico considerado; o dissenso, maior ou menor, circunstancial ou estrutural, propicia a ocorrência de conflitos, ainda que de tipos históricos muito variados – nas sociedades de classes, por exemplo, esses conflitos versam sobre temas vitais e fixam grupos em luta mais ou menos constantes;

c) esses conflitos tornam necessária a existência, para que a sociedade não se desagregue, de um centro de tomada de decisões às quais todos devem se submeter, quer estejam de acordo com tais decisões ou não – nas sociedades de classe, esses centros são aparelhos especializados de repressão, que marginalizam as maiorias sociais e podem agir por intermédio de métodos ditatoriais.

A política em geral é, portanto, supra-histórica. É claro que a própria espécie humana tem uma história que é relatada pela biologia. Mas, no sentido social do termo história, que compreende as variadas formas de vida em sociedade, a política em geral, isto é, a atividade de direção de uma sociedade, deve ser considerada uma atividade supra-histórica no sentido de que está necessariamente presente em todas as sociedades historicamente existentes. Algo semelhante se passa com a economia. Falamos da “política em geral”, do mesmo modo que Engels falava da “economia em geral”, presente em todas as formas de organização social conhecidas. Engels definia a economia em geral como a atividade que reunia o trabalhador, os instrumentos de trabalho e o objeto de trabalho com a finalidade de produzir uma utilidade qualquer – nem o capitalismo, infelizmente para os capitalistas, pode produzir valor sem produzir utilidades. Essa definição genérica de economia independe das formas sociais e históricas que seus elementos constitutivos podem assumir. Vamos exemplificar: no capitalismo o trabalhador é o trabalhador livre assalariado, os instrumentos e o objeto de trabalho são capital constante e a utilidade é uma mercadoria a ser lançada no circuito da troca – pouco importando se material ou imaterial; no feudalismo, o trabalhador é o camponês servo de gleba, os instrumentos e o objeto de trabalho são propriedade condicionada do senhor ou do próprio servo e a utilidade é um bem ou um serviço necessário ao consumo dos próprios agentes envolvidos na

produção – sejam as utilidades necessárias para a sobrevivência do camponês, sejam aquelas destinadas a manter o consumo suntuoso do senhor feudal. A economia em geral, aquela que combina o trabalhador em geral, os meios de produção em geral e produz uma utilidade em geral, é uma abstração; não existe em nenhuma sociedade real. Porém, ela é uma abstração – um conceito – elaborada, com auxílio de outras tantas abstrações, a partir da observação das economias reais e designa, de maneira esclarecedora, as características elementares da atividade econômica.

Algo semelhante se passa com o que estamos denominando a política em geral, isto é, a atividade de direção da vida social necessária em qualquer tipo de sociedade. Essa atividade, como dissemos ao indicar os seus componentes elementares, envolve interesses, valores e objetivos variados, requer um centro de tomada de decisão e visa chegar a decisões que obriguem a todos. Isso é assim tanto entre pequenas tribos de índios coletores e caçadores, como os *Nambiquara* estudados pelo jovem Claude Lévi-Strauss quando de sua estada no Brasil (Lévi-Strauss, 1944), quanto nas modernas e populosas sociedades capitalistas. Numa sociedade de coletores e caçadores é necessário, por exemplo, decidir o momento em que a tribo vai migrar e essas sociedades possuem formas organizadas de produzir esse tipo de decisão. Um grupo que discorde da decisão poderá, eventualmente, constituir-se em grupo à parte, mas essa fragmentação pode acarretar custos e possui limite definido. Esbarrando em tais limites, o grupo dissidente terá de se submeter à decisão legitimamente tomada. É claro que nas sociedades de classe, o conflito de interesses e valores, uma vez que se baseia em interesses e em valores de classe, pode adquirir feições catastróficas e a decisão que obriga a todos pode necessitar, para lograr se impor, do uso massivo e brutal da violência. Porém, a necessidade de dirigir a sociedade, essa é uma necessidade presente tanto nas sociedades tribais quanto nas modernas sociedades capitalistas, como o é, também, a necessidade que obriga os indivíduos, tanto numa quanto noutra sociedade, a trabalharem. A política, entendida nesse seu sentido mais geral e abstrato é, tal qual o trabalho em geral e a linguagem em geral, característica essencial e incontornável da espécie humana como espécie social.

Os lukacsianos entendem, contudo, que a política desaparecerá no socialismo ou no comunismo. Poderiam, é verdade, recorrer ao *Manifesto do partido comunista*, no qual Marx e Engels afirmam, de passagem, essa idéia. Essa tese, de origem Saint-simoniana, confunde a forma de fazer política na sociedade de classes com a política em geral, concluindo, erroneamente, que o fim da primeira seria o fim da própria política. Advirto que não estamos, aqui, diante de um simples jogo de definições ou de palavras. Não basta dizer, pura e simplesmente, que, dependendo do significado que atribuímos à palavra ou ao conceito de política, teríamos esta ou aquela conclusão sobre o destino da atividade política no socialismo ou

no comunismo. Formalmente essa afirmação é verdadeira. Porém, ela deixa de lado algo mais profundo que precisa ser considerado. Quem ignora o conceito de política em geral, identificando toda e qualquer atividade política com aquela que se pode observar nas sociedades de classes, fica conceitualmente desaparelhado para refletir sobre o conflito de interesses, valores e opiniões que, também no socialismo, subjazem os conflitos e as decisões que obrigam a todos, isto é, que subjazem a atividade política de direção da sociedade – o socialismo acaba com as diferenças de classe, mas não com as diferenças em geral. No interior dos limites dados pelo programa socialista de socialização da economia e de democratização do poder político que forma par com a socialização, os interesses, valores e opinião irão se chocar e decisões obrigatórias – nada técnicas, mas sim políticas – deverão ser tomadas e implementadas. Quem entende que o socialismo suprime ou supera a política em geral, e não apenas o tipo de política que se pratica na sociedade de classes, quem assim procede está sugerindo que a direção da vida social no socialismo passaria a ser uma tarefa meramente técnica, isto é, socialmente neutra – seria a realização do objetivo de Saint Simon de substituir “o governo dos homens pela administração das coisas”. Pode-se, ao se incorrer nessa concepção tecnocrática da política no socialismo, propiciar a formação de uma ditadura dos burocratas e especialistas nas sociedades pós-revolucionárias. Foi justamente isso o que aconteceu com o pensamento e a ação do movimento socialista do século XX. A velha idéia de Saint Simon, contrabandeada para alguns escritos de Marx e de Engels da década de 1840, essa idéia deve ser criticada pelos estudiosos marxistas da política.

## **2. A atividade política determinada pelos interesses da classe dominante**

Já sugerimos que a política adquire características específicas nas sociedades de classe. A direção da vida social nesse tipo de sociedade tem como referência fundamental os interesses da classe dominante e se realiza por intermédio do Estado.

Nesse tipo histórico de sociedade, a política é, em última instância, a luta de classes para manter, influenciar ou conquistar o poder de Estado. Nos momentos de estabilidade, a luta política pode articular a luta de classes – pela distribuição da riqueza produzida, pelo poder de Estado, pela influência política e ideológica – com as lutas pelo *reconhecimento da cidadania* de setores marginalizados – mulheres, etnias discriminadas, minorias nacionais, homossexuais. Nos momentos de crise revolucionária, todos os tipos de luta se subordinam à luta de classes, pois, em tais conjunturas de crise revolucionária, a luta de classes não é mais a luta pela distribuição da riqueza, mas a luta em torno de padrões fundantes e alternativos de organização da vida em sociedade – capitalismo ou socialismo.

Marx e Lênin diferenciavam a luta reivindicativa da luta política pelo poder de Estado; Antonio Gramsci, diferenciava o momento corporativo do momento ético-político. A luta reivindicativa é a luta de um setor, maior ou menor, dos trabalhadores, dirigida a setores da classe dominante ou ao próprio Estado, mas que sempre tem por objetivo promover modificações no interior do sistema social existente. Esse é um tipo de luta que, na verdade, desenvolveu-se no modo de produção capitalista. Os modos de produção pré-capitalistas, como o escravismo e o feudalismo, pelo baixo nível de socialização das forças produtivas e pelo fato de negarem personalidade jurídica plena aos produtores diretos, não propiciaram o desenvolvimento da luta reivindicativa dos trabalhadores (Boito Jr., 2007b). Já a luta política pelo poder de Estado é, diferentemente da luta reivindicativa, a luta geral que interpela todas as classes e forças sociais em presença numa dada conjuntura, e é o tipo de luta que pode se colocar como objetivo a mudança de sistema social. O Estado é o principal fator de coesão de uma sociedade dividida em classes. Conseqüentemente, a conquista do poder de Estado e a mudança da organização institucional desse aparelho de poder, que são processos correlatos, são a condição prévia para a mudança histórica (Boito Jr., 2007a). Por isso também, os cientistas políticos marxistas devem preservar o conceito de ação política desenvolvido pelos clássicos do marxismo, conceito que está ligado a essa centralidade do Estado na atividade política das sociedades de classe.

Para falar das classes e da cidadania, é preciso falar da economia e da sociedade. Vemos, aqui, aparecer o vínculo indissolúvel da teoria política marxista com a sociologia e com a economia (marxistas). Nada mais estranho ao marxismo nesse sentido que a tendência dominante na Ciência Política contemporânea, a tendência neo-institucionalista, que, principalmente na sua versão vinculada à escolha racional, caracteriza-se por separar as instituições e o processo político do restante da vida econômica e social (Hall e Taylor, 2003). É preciso conhecer a economia, os seus diferentes setores, as características das classes proprietárias, a população trabalhadora ocupada, a dinâmica e a conjuntura do processo de acumulação de capital para se fazer uma análise marxista da política. O estabelecimento de vínculos entre a esfera econômica e a esfera política é uma preocupação central da teoria política marxista.

### **3. O poder político está duplamente concentrado nas sociedades de classe**

Essa concepção de ação política obriga os marxistas a medir argumentos com teóricos como Talcott Parsons, Michel Foucault, Immanuel Wallerstein e outros. Esses autores, cada um a seu modo, e com motivações políticas distintas, procuram desvincular a ação política da luta pelo poder de Estado. Michel Foucault fala de um poder que seria institucionalmente difuso e socialmente disperso – os fluxos de poder envolvendo, em posições cambiantes e em locais

diversos, todos os agentes sociais individualmente. O Estado não seria o principal centro de poder e nenhuma parcela da população poderia ser considerada dominante frente outra ou outras parcelas. A ação política não seria mais, portanto, a ação de uma parte determinada da sociedade visando o poder de Estado. Associar política, poder e Estado seria, segundo os foucaultianos, uma “visão tradicional” do poder e da política – a tentativa de intimidação é evidente: os marxistas seriam os tradicionalistas. Para Foucault e seus seguidores, toda e qualquer ação em sociedade seria uma ação política, não havendo espaço, nessa concepção fluida do poder e da ação política, para uma visão estratégica – a estratégia estabelece, sempre, objetivos e alvos prioritários da luta com base numa avaliação daqueles que seriam os principais agentes e as principais sedes do poder (Boito Jr., 2007c). O que os foucaultianos não dizem, porém, é que a visão de poder e política de Foucault tem origem na obra do “tradicional” sociólogo funcionalista estadunidense Talcott Parsons.

De fato, muito antes de Foucault, Parsons já falava em poder institucionalmente difuso e socialmente distribuído (Parsons, 1969). Essa visão segundo a qual “tudo é indistintamente poder e política” foi, de outra maneira, recuperada na década de 1990. Autores como Wallerstein, John Holloway e outros falam, hoje, em “mudar o mundo sem tomar o poder” (Wallerstein, 2002). Essa concepção tem desviado os movimentos populares da América Latina atual da luta pela mudança política e social, alimentando teoricamente a ilusão ideológica de que poderão mudar algo sem conquistar o poder político concentrado no Estado (Boron, 2003).

É certo que os cientistas políticos marxistas não devem conceber o Estado como único centro de poder. Uma transformação social como aquela pretendida pelos socialistas requer a desativação de todos os centros do poder capitalista – no Estado, mas também na empresa, na escola etc.. Contudo, esses centros de poder são periféricos, dependentes do Estado e cada um deles converge para um mesmo resultado social que é a dominação de classe da burguesia. É por isso que cabe pensar o poder como algo que é institucionalmente concentrado no Estado socialmente concentrado na classe dominante.

#### **4. A política na sociedade de classes é confronto**

O marxismo pensa a política como um conflito duro de interesses e valores que estão articulados com a posição de classe ocupada pelos coletivos em luta. Trata-se, digamos assim, de uma teoria política realista. O marxismo diferencia-se, nesse ponto, de autores vinculados à tradição liberal, como Stuart-Mill (2000) e, John Rawls (Rawls, 2000) e Jürgen Habermas (1997), que concebem a política como um diálogo racional entre partes livres e iguais, isto é, que a concebem de maneira edulcorada.



Os liberais acreditam que o diálogo entre as forças em presença é sempre possível e que o consenso sobre as questões essenciais é a base para o debate em torno de divergências secundárias – o consenso sobreposto de John Rawls (Rawls, 2000). A teoria política marxista, diferentemente, pensa a política como um conflito duro de interesses, que são, em última instância, interesses de classe. Os indivíduos, como integrantes de classes sociais, não têm, necessariamente, consciência plena das razões e dos motivos que os levam a agir desta ou daquela maneira no processo político. Sequer quando têm consciência, poderão, sempre, dizer aquilo que sabem. Na teoria com a qual trabalhamos, não há essa liberdade e essa consciência, pressupostas nos pensadores que apresentam a política como diálogo, convencimento e consenso.

É certo que a tolerância e otimismo dos liberais têm limites. Stuart-Mill, após proclamar nas páginas iniciais do seu *A liberdade* que a liberdade de pensamento não pode sofrer nenhum tipo de limitação, introduziu, nas páginas finais do livro, a advertência de que até a liberdade de pensamento pode sofrer limitação quando a sua expressão pudesse estimular ações que ferissem interesses de terceiros. Ele exemplifica, de maneira sintomática, recorrendo a um exemplo que remetia a uma luta popular na Inglaterra de então. Afirma que todo mundo é livre para expressar a idéia de que o preço do trigo é elevado devido à ganância dos comerciantes, mas ninguém teria o direito de proclamar tal idéia em cartazes e em locais próximos da residência de comerciante de trigo. John Rawls também concebe limites para o pluralismo de idéias. Estabelece uma muito mal traçada distinção entre doutrinas razoáveis e doutrinas não razoáveis e declara que se deve interditar a expressão de doutrinas não razoáveis. O pluralismo é e deve ser limitado. Para as doutrinas ditas não razoáveis, Rawls reserva adjetivos de sentido obscuro e que as desqualifica; elas seriam “irracionais”, “absurdas”, “insanas” e “agressivas” (Rawls, 2000: 24, 173, 190). O autor nos adverte que tais doutrinas deveriam ser combatidas como se combate uma doença (Rawls, 2000: 108). Porém, o discurso sobre a tolerância, o pluralismo e a liberdade, bem como a visão edulcorada da política que daí decorre, seguem sendo, apesar dos limites apontados, a dimensão mais saliente do discurso liberal.

## **5. A cena política organiza e dissimula interesses de classe**

A política é luta de classes, mas, normalmente, não aparece como tal.

A teoria política marxista procura detectar as bases de classe do poder de Estado, dos partidos políticos, das ideologias políticas e dos movimentos sociais populares. Na sociedade de classes, não há política ao lado ou acima das classes sociais. A análise marxista da política nas sociedades capitalistas começa quando o analista logra, após criterioso processo de observação e análise, detectar os laços de representação que unem as idéias, os valores e os partidos presentes

na cena política com os interesses de classe presentes na economia e na sociedade (Boito Jr., 2007d). Esses laços são, no caso dos interesses burgueses e pequeno-burgueses, dissimulados pelo discurso ideológico dos partidos políticos ligados a essas classes sociais.

Isso significa, em primeiro lugar, que o marxismo não trata a cena e o processo político à moda liberal. Os autores liberais vêem a cena política como o campo de ação de partidos e organizações que representam, de modo explícito e transparente, exclusivamente os valores dos cidadãos, na sua suposta condição de sujeitos racionais e historicamente desencarnados. Trata-se das “doutrinas abrangentes razoáveis”, na conceituação do liberal John Rawls, que disputariam a opinião dos cidadãos nas modernas sociedades democráticas (Rawls, 2000). Também Stuart-Mill e Habermas tomam as plataformas políticas como discursos transparentes que agregam nada mais que valores e opções livres da cidadania (Habermas, 1997; Stuart-Mill, 2000). Essa concepção, de algum modo, acabou penetrando em textos de autores que procuram se apoiar no marxismo. Refiro-me àqueles textos que, inspirados indiretamente em Gramsci, tratam a política exclusivamente como um confronto de projetos hegemônicos, projetos cujas concepções de mundo estariam estampadas de modo transparente na sua própria formulação e cuja relação com interesses de classe, embora presente, são, na verdade, vagas e gerais. Nós acreditamos que a política é mais do que luta de projetos e não é sequer fundamentalmente isso. Esse enfoque que concebe a política como um confronto de projetos resvala para uma posição liberal e idealista da política na medida em que esconde as classes sociais, os seus conflitos e os seus interesses e que esconde, também, o vínculo do discurso dos agentes políticos com a burguesia, a pequena burguesia ou a classe média.

Em segundo lugar, o marxismo tampouco vê a cena e o processo político à moda da teoria das elites. Com efeito, o elitismo recusa a visão otimista e racionalista dos cidadãos e nega a idéia de representação política, que estão na base da reflexão liberal, mas para, digamos assim, torcer a barra na direção oposta, isto é, para apresentar a cena política como um campo de ação onde agem as minorias governantes fabricando a (suposta) opinião pública e manipulando uma massa irracional e incapaz de se fazer representar (Saes, 1994). Basta lembrar os neo-elitistas Joseph Schumpeter e Wrigt Mills (Schumpeter, 1961; Mills, 1968). Em Schumpeter reconhece que o “homem comum” seria racional na vida privada, mas, retomando o elitismo clássico, entende que, na vida pública, o “homem comum” agiria de modo irracional. Ora, quem não sabe o que quer, não pode ser representado. Os agentes políticos agiriam em nome do cidadão, mas não o representariam, embora simulassem fazê-lo. Logo, a cena política seria, sempre e necessariamente, um simulacro.

O marxismo, diferentemente de ambas concepções citadas acima, a liberal e a elitista, vê a cena política como o lugar onde se organizam e se representam, embora, ao mesmo tempo,

se dissimulem, os interesses da classe dominante, de suas diferentes frações e das classes intermediárias. A teoria política marxista coloca-se como tarefa despir essa cena política dos termos nos quais ela própria se apresenta; desvelar os verdadeiros interesses de cada força social em presença, confrontando os propalados projetos e princípios com o chão profano dos interesses econômicos e de classe. Para o marxismo, a cena política não é transparente mas, tampouco, ela seria indevassável. Há uma força social, o proletariado socialista, cuja representação política proclama abertamente seus interesses e seu programa político real, lançando, por isso mesmo, uma luz sobre os fundamentos de classe de todas as instituições e do próprio processo político (Boito Jr., 2007d).

## **6. Crise política e mudança histórica**

A teoria política marxista, pelo menos em algumas de suas tradições, possui um conceito específico de crise política, conceito esse que se encontra em estado prático nas análises históricas de Marx e de Engels e que foi sistematizado, em seus elementos fundamentais, por Lenin e Mao Zedong. Trata-se de um conceito muito diferente daquele utilizado na ciência política formalista de autores como Michel Dobry, que elaborou um conceito de crise política, hoje muito aceito, que ignora os interesses e contradições em jogo no processo político (Dobry, 2009), e diferente, também, do conceito de crise de outras tradições marxistas que citaremos mais adiante.

A tradição que remonta aos textos históricos de Marx e Engels, e que foi sistematizada como indicamos por Lenin e Mao Zedong procura detectar, em toda a sua complexidade e extensão e do modo o mais exato possível, as condições objetivas que caracterizam uma determinada conjuntura como uma conjuntura de crise e que procura diferenciar os vários tipos de crise política.

O processo político é concebido como um processo movido por um conjunto articulado de contradições entre classes, frações de classe e categorias sociais, e a crise política resulta do desenvolvimento e dos deslocamentos dessas contradições. Concebem-se, nessa problemática, vários tipos de crise política. A crise que torna possível a ocorrência da revolução é a crise revolucionária, um tipo específico de crise política.

A situação ou crise revolucionária é um fenômeno objetivo, de conjuntura e bastante complexo. A sua caracterização requer um trabalho metódico de análise da situação concreta, das contradições em questão e das relações específicas que essas contradições mantêm entre si. Sem uma compreensão teórica geral das crises políticas e da crise revolucionária não se pode determinar uma situação na qual a revolução é possível. Contudo, o conceito de crise revolucionária, quando manipulado de modo abstrato, dispensando a análise concreta da situação

histórica, não serve para nada. Não são quaisquer divisão na cúpula, crise econômica ou intensificação da atividade das massas que caracterizam uma situação revolucionária. Podem caracterizar, também, a crise de um regime político ou, simplesmente, de um governo. O conceito de situação revolucionária não possui, ainda, todo o rigor e clareza que se pode exigir no plano da teoria. O seu desenvolvimento requer, de um lado, desenvolvimentos na teoria marxista da história e da mudança política e, de outro lado, depende da pesquisa histórica sobre as crises políticas e as revoluções.

Uma vez caracterizada a crise revolucionária, não se tem, ainda, os elementos suficientes para determinar o momento de desencadear a ação ofensiva decisiva contra o poder de Estado. A decisão sobre a oportunidade dessa ação requer um conhecimento das condições necessárias para a vitória da revolução, e não apenas o conhecimento das condições necessárias para ocorrência da revolução.

Mas, há outras tradições no marxismo, geralmente associadas a uma prática política voluntarista, que não concebem a crise política como um fenômeno objetivo e de conjuntura. Rosa Luxemburgo, em seus textos sobre a Revolução de 1905 na Rússia czarista, apresenta a crise revolucionária e a ação revolucionária das massas como um fenômeno imprevisível, dispensando-se, em decorrência de tal afirmação, de uma reflexão sistemática sobre as condições objetivas prévias para a ocorrência de uma revolução (Luxemburgo, 1978). Trotsky, no seu *Programa de Transição*, apresenta como condição objetiva prévia e praticamente única para a ocorrência da revolução o fato de o capitalismo ter ingressado numa era de decadência, caracterizada por um estancamento, supostamente definitivo, no crescimento das forças produtivas (Trotsky, 1980). A idéia da crise revolucionária como um fenômeno de conjuntura, singular e de caracterização complexa, é dissolvida na noção mais abrangente de um período histórico suscetível de propiciar crises e revoluções.

## **7. As relações internacionais são relações de classe por intermédio dos Estados nacionais**

Recentemente, no Brasil, desenvolveu-se muito a área das relações internacionais. Para o marxismo, essa área não é nova; é tão velha quanto o materialismo histórico. Marx e Engels pensaram o movimento operário, a revolução e o socialismo como processos internacionais. Marx deixou muitos escritos sobre essa matéria. Lênin vinculou a revolução ao fenômeno do imperialismo mundial. Queria destacar aqui particularmente a fecundidade do conceito de bloco no poder de Nicos Poulantzas para uma teoria marxista das relações internacionais.

Esse conceito permite romper com a corrente teórica denominada “realista”, que é, até os dias de hoje, a corrente teórica dominante no campo de estudo das relações internacionais.

Essa corrente trabalha com uma noção metafísica do Estado (Berringer, 2010). No realismo, o Estado é pensado como entidade autônoma, sujeito do próprio poder, e maximizadora desse mesmo poder no cenário internacional. O Estado é o sujeito da política externa e age num espaço, o espaço internacional, que seria um espaço anárquico. A política interna está separada da política externa e as bases sociais do Estado são ignoradas.

O conceito de bloco no poder, diferentemente, permite vincular, de modo complexo, o poder de Estado à classe dominante e suas diferentes frações no interior do país, e pensar a política externa desse Estado como extensão dos interesses desse bloco, e eventualmente de seus aliados, no cenário internacional que, por sua vez, é pensado como um espaço hierárquico e dotado de uma regulação proveniente do sistema imperialista. A política interna e a política externa são distintas mas não se encontram separadas uma da outra e o Estado não age como sujeito, mas como organizador de um bloco no poder que se entrelaça com os blocos no poder dos demais Estados nacionais. Por intermédio da política externa, a burguesia de um país entabula relações de unidade e de luta com a burguesia dos demais países capitalistas nas condições dadas pela posição que cada uma ocupa no campo internacional. Esse tipo de análise não é incompatível, muito ao contrário, com a análise crítica do imperialismo, da dominação das grandes potências, procedimento esse, que pelo seu conteúdo crítico, é incompreensível da perspectiva da problemática que informa a teoria realista.

### **8. A teoria política marxista possui uma dimensão normativa**

Falamos, até aqui, do objeto de uma teoria ou ciência política marxista. Enfatizamos a necessidade de superar os bloqueios do marxismo economicista para podermos pensar tal teoria. Indicamos a importância e a especificidade do conceito de ação política no pensamento marxista, sua vinculação necessária às outras esferas da totalidade social, a centralidade do Estado, o conflito (duro) de classes e frações de classe no processo político e a relação complexa de representação e, ao mesmo tempo, de dissimulação que une os partidos políticos aos interesses de classe da burguesia. Essas são características que distinguem, como indicamos, uma teoria política marxista das teorias políticas correntes no meio acadêmico de hoje.

Falemos, agora da dimensão normativa presente, mesmo que de forma latente, na teoria política marxista. A teoria política marxista não separa de modo estanque a análise daquilo que é, a sua crítica e a proposição daquilo que deve ser.

Os cientistas políticos marxistas não podem abandonar a discussão sobre o socialismo: o Estado e a democracia no socialismo, a transição ao socialismo, a experiência das revoluções no século XX, esses e outros temas correlatos devem ser considerados temas nobres da teoria política marxista.

Hoje, a filosofia política liberal, com John Rawls à frente, ocupou um espaço do qual os marxistas não poderiam ter se retirado. É um liberal como John Rawls que discorre sobre a justiça, que estabelece o seu “princípio da diferença”, proclamando objetivos distributivistas, e que discute as formas de organização de uma “sociedade justa”. Rawls não temeu ser acusado de utópico ou de ideológico, e pôs-se a conjecturar sobre as “boas normas da vida social”. Quem mais polemiza com liberais como Rawls são os chamados comunitaristas, como McIntyre ou Walzer, mais conservadores, no mais das vezes, que os liberais que criticam.

É claro que os cientistas políticos marxistas não vão discutir o socialismo como John Rawls anuncia e discute a sua teoria da justiça e o princípio da diferença. John Rawls é um normativista idealista, enquanto o marxismo é um tipo de pensamento científico cujas propostas políticas estão fundamentadas em uma teoria da sociedade e da história. Essa diferença epistemológica é muito importante. Para o marxismo, herdeiro que é de parte da problemática hegeliana, aquilo que deve ser está subordinado àquilo que é; ou seja, a liberdade, em última instância, requer o conhecimento da necessidade.

De uma certa maneira, o cientista político marxista fala de um lugar que só existe na teoria: o lugar onde o capitalismo é negado e começa a acabar. Mas é justamente por falar a partir desse lugar inexistente que ele pode compreender melhor a política tal qual ela existe no capitalismo.

### Referências bibliográficas

Althusser, Louis

1965. *Pour Marx*. Paris, Maspero.

Berringer, Tatiana

2011. Estado e relações internacionais: uma comparação crítica entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas. Unicamp, Dissertação de Mestrado.

Boito Jr., Armando

2007a. “O lugar da política na teoria marxista da história”. In Armando Boito Jr., *Estado, política e classes sociais – ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Editora da Unesp. p. 39-61.

Boito Jr., Armando

2007b. “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores – elementos para uma teoria da ação sindical”. In Armando Boito Jr., *Estado, política e classes sociais – ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Editora da Unesp. p. 155-187.

Boito Jr., Armando

2007c. “O Estado capitalista no centro: crítica ao conceito de poder de Michel Foucault”. In Armando Boito Jr., *Estado, política e classes sociais – ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Editora da Unesp. p. 11-38.

Boito Jr., Armando

2007d “Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista”, In Armando Boito Jr., *Estado, política e classes sociais – ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Editora da Unesp. p. 137-151.

Boron, Atílio

2003. “A selva e a polis. Interrogações em torno da teoria política do Zapatismo”. In Atílio Boron, *Filosofia política marxista*. São Paulo, Cortez. p. 203 - 230.

Chasin, José

1995. "Marx - Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica". In Teixeira, Francisco, *Pensando com Marx*. São Paulo, Editora Ensaio.

Coutinho, Carlos Nelson

1993. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (orgs.), *Gramsci e a América Latina*. São Paulo e Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Dobry, Michel, *Sociologie des crises politiques*. 3<sup>a</sup> Ed. Paris, Presses Fondation Sciences Politiques. 2009.

Galvão, Andréia; Gutierrez, Andrei; Boito Jr., Armando et allia (orgs.)

2003. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo e Campinas, Editoras Xamã e Cemarx.

Gramsci, Antonio

2001. *Antonio Gramsci, cadernos do cárcere*. 2<sup>a</sup> ed. Volume 3. *Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques (editores). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Habermas, Jürgen

1997. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Hall, Peter e Taylor, Rosemary

2003. “As três versões do neo-institucionalismo”, *Lua Nova*, nº 58.

Lessa, Sérgio

2002. *O mundo dos homens. Trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo.

Rosa Luxemburgo

1978. *Huelga de Masas, Partido y Sindicatos*, Siglo XXI Editores, Cuadernos Pasado y Presente, n.13, México, 5a. edição.

Lévis-Strauss, Claude

1944. “The social and psychological aspect of chieftainship in a primitive tribe: the Nambikuara of north-western Mato Grosso”. *Transactions of the New York Academy of Sciences, Series II*, 7(1):16-32.

Moraes, João Quartim,

2001. “Contra a canonização da democracia”. *Crítica Marxista*, nº 12, pp. 9-40.

Parsons, Talcott

1969. “On the concept of political power”. In Talcott Parsons, *Politics and social structure*. Nova Iorque e Londres, The Free Press e Collier- Macmillan Limited. p. 352-404.

Poulantzas, Nicos

1968. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.

Rawls, John

2000. *O liberalismo político*. São Paulo, Ática.



Saes, Décio

1994. “Uma contribuição à crítica da Teoria das elites”. *Revista de Sociologia e Política*, nº3, Universidade Federal do Paraná. p.7-19.

Schumpeter, Joseph,

1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Stuart-Mill, J.

2000. *A Liberdade*. São Paulo, Martins Fontes.

Trotsky, Leon

1980. *Programa de Transição - a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*, Proposta Editorial Ltda, São Paulo.

Mills, Wright C.

1968. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Wallerstein, Immanuel

2002. “A revolução como estratégia e tática de transformação”. In Wallerstein, Immanuel, *Após o liberalismo*. Rio de Janeiro, Vozes. P. 213-221.